

# **Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex**

A pesquisa **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres** revelou que, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. A pesquisa de opinião inédita, realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio de 2013, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil.

A pesquisa contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

[Conheça os dados completos.](#)

---

## **Pesquisa Ibope/Patrícia Galvão: Para 71%, reforma política é importante ou muito importante**

# para garantir 50% de mulheres e 50% de homens nas listas de candidatos dos partidos

*(Agência Patrícia Galvão, 09/07/2013) Apresentado nesta terça-feira (9) em Brasília, levantamento aponta distanciamento entre a composição atual dos parlamentos brasileiros e efetivação da democracia, e revela demanda contundente da sociedade brasileira pela paridade entre mulheres e homens nos espaços decisórios.*

[Baixe aqui a íntegra da pesquisa 'Mais mulheres na política'](#)

Pesquisa realizada pelo Ibope e o Instituto Patrícia Galvão indica que 71% dos brasileiros consideram muito importante alterar a legislação eleitoral do país para garantir metade de mulheres nas listas de candidaturas apresentadas pelos partidos. O levantamento foi realizado em abril, antes dos protestos que tomaram as ruas em todo o país.

O estudo aponta ainda que 78% da população defendem a obrigatoriedade de divisão meio a meio das listas partidárias e 73% aprovam punições às legendas que não apresentarem paridade entre os dois sexos nas suas candidaturas.

A legislação brasileira atual reserva apenas 30% das candidaturas e 10% do tempo de propaganda eleitoral para cotas de sexo. E o projeto de reforma que está em debate na Câmara dos Deputados prevê a alternância de gênero somente a cada três posições das listas de agremiações.

Para o demógrafo do IBGE José Eustáquio Diniz Alves, “o sistema atual prejudica particularmente as mulheres. Como as mulheres não estão nas estruturas partidárias, elas não ocupam os principais cargos dos partidos, então também não têm acesso adequadamente ao tempo de televisão, aos recursos financeiros, à rede de capital político desse partido. De um modo geral, o sistema eleitoral brasileiro é muito ruim para garantir um avanço das mulheres na vida política brasileira”.

## **8 em cada 10 entrevistados consideram que as mulheres deveriam ter acesso a metade dos cargos no legislativo**

O levantamento também mostra que 80% dos brasileiros consideram que deveria ser obrigatória a composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional por metade de mulheres.

Hoje o Senado Federal tem apenas oito senadoras em exercício num universo de 81 integrantes, e somente uma das 11 comissões permanentes da Casa é presidida por mulher. Na Câmara, somente 40

são mulheres entre os parlamentares em cumprimento efetivo do mandato (outras três renunciaram e três estão licenciadas). E também só uma das 21 comissões permanentes tem uma deputada à frente.

Para a socióloga Silvia Camurça, da ONG SOS Corpo, a demanda por mais mulheres na política de forma tão consistente é reflexo do anseio da população por mudanças. “As pessoas estão muito cansadas de parlamentares que fazem das sucessivas reeleições a sua vida. E pedindo a renovação, novos quadros, sejam mulheres, indígenas, quilombolas, homens, gays, lésbicas. Enfim, a diversidade da população. E nós mulheres somos um indicador de renovação porque estamos quase excluídas da política institucional. Também há, talvez, uma avaliação de que quem nunca esteve na política ao entrar tem a possibilidade de ser menos corrompido por ela e, portanto, de renovar positivamente as práticas políticas. E acho que isso é transferido às mulheres”, afirma.

### **Maioria entende que lei deve mudar para garantir igualdade entre homens e mulheres em cargos políticos**

Para 74% dos entrevistados só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. A maioria (76%) também entende que a ampliação do acesso das mulheres aos espaços de poder deveria ter garantia legal, tanto no que se refere a cargos nos legislativos das três esferas de poder da Federação, quanto dentro dos partidos.

Essa compreensão tem mais ênfase entre os pesquisados de classes sociais mais baixas e menor escolaridade, o que pode refletir um aumento da percepção da importância da política na vida cotidiana para as camadas que ingressaram recentemente no mercado de consumo e na chamada “nova classe média”.

“Reforma política tem a ver com serviços públicos, orçamento, se põe dinheiro aqui ou lá. No futebol ou na educação. Ficou claro isso, que o hospital que atende no corredor tinha que ter um padrão Fifa”, analisa a especialista em pesquisas de opinião pública Fátima Pacheco Jordão.

Para Fátima, essa mudança de percepção evidencia uma mudança de consciência da população. “O cidadão brasileiro saiu de casa, do doméstico para a rua. Da porta para dentro, o cidadão teve enormes conquistas nos últimos 20 anos: poder aquisitivo, melhorias de processos de fabricação, produtos mais sofisticados e segmentados. Mas da porta para fora, que envolve transportes, hospitais, educação, segurança de ir e vir, o pagador de impostos está demandando seus direitos. É isso que mudou no Brasil. Neste novo século foi introduzida essa elevação de patamar do cidadão, que de consumidor passou a usuário e como usuário quer ser um eleitor que ao votar obtém os resultados do sistema político e do Estado”.

### **A pesquisa**

Os resultados da pesquisa serão encaminhados também a parlamentares, secretarias responsáveis por

políticas para as mulheres nos três níveis de poder e movimento social de mulheres. Foram realizadas 2.002 entrevistas em 143 municípios de todas as regiões do país, nas quais foram ouvidos brasileiros maiores de 16 anos, entre os dias 11 e 15 de abril. A margem de erro é de 2% para mais ou menos.

**>> Sugestões de fontes:**

Para apoiar a cobertura da imprensa, a Agência Patrícia Galvão entrevistou especialistas e disponibiliza as análises deles sobre a pesquisa Mais Mulheres na Política.



***“O Brasil ficou para trás e as mulheres querem jogar o Brasil para frente”***

**Fátima Pacheco Jordão** - socióloga e especialista em pesquisa de opinião

Instituto Patrícia Galvão

Tels.: (11) 3824.0695 (res.) / 96063.5445

E-mail: [fpjordao@uol.com.br](mailto:fpjordao@uol.com.br)



***“O sistema eleitoral brasileiro é muito ruim para garantir o avanço das mulheres na vida política do país”***

**José Eustáquio Diniz Alves** - demógrafo e professor titular do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE.

Tels.: (21) 2142.4689 / 2142.4696 / 9966.6432

E-mails: [jedalves@ibge.gov.br](mailto:jedalves@ibge.gov.br) / [jed\\_alves@yahoo.com.br](mailto:jed_alves@yahoo.com.br)



***“A pesquisa mostra como a reforma política é necessária e como a sociedade está atenta à necessidade desta mudança”***

**Silvia Camurça** - socióloga e coordenadora da ONG SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e da Articulação de Mulheres Brasileiras

Tels.: (81) 3087-2086 / 9937-8635

E-mail: [silvia@soscorpo.org.br](mailto:silvia@soscorpo.org.br)

Leia também: **[Ministra Eleonora defende inclusão de mais mulheres no poder em debate sobre reforma política](#)**

**[Vanessa celebra opinião sobre mulher na política](#)**

[Quase 80% dos brasileiros querem mais mulheres no poder](#)

[80% querem lei que reserve metade das cadeiras do Legislativo para mulheres, por Fernando Rodrigues](#)

[80% dos brasileiros são favoráveis à participação igualitária feminina no Legislativo, por Mônica Bergamo](#)

[Brasil ocupa 121º lugar em relação à participação de mulheres na política](#)

[Mais mulheres na política](#)

E assista: [Sociedade brasileira é favorável à participação maior das mulheres na política do país](#)

[Assista à apresentação da pesquisa 'Mais Mulheres na Política'](#)

[Pesquisa diz que 74% dos brasileiros só crê na democracia com a presença de mulheres em altos cargos](#)

[Brasileiros querem mais mulheres na política, revela pesquisa](#)

---

# 71% consideram importante mudar a legislação para garantir paridade de gênero nas candidaturas

A pesquisa **Mais Mulheres na Política**, realizada em 2013 pelo Ibope em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, revelou que 71% dos entrevistados considera que reforma política é importante ou muito importante para garantir 50% de mulheres e 50% de homens nas listas de candidatos dos partidos. O estudo aponta ainda que 78% da população defendem a obrigatoriedade de divisão meio a meio das listas partidárias e 73% aprovam punições às legendas que não apresentarem paridade entre os dois sexos nas candidaturas.

A pesquisa contou com o apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

---

# **Pesquisa Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente**

*(Agência Patrícia Galvão)* Pesquisa feita pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas.

Foram entrevistadas 800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado. A pesquisa foi realizada entre os dias 29 de junho de 2012 e 7 de julho de 2012.

O estudo aponta uma percepção majoritária entre as entrevistadas (91%) quanto à importância do trabalho remunerado. As mulheres consideram que o trabalho remunerado é fundamental em suas vidas, mesmo admitindo que sua rotina de trabalho é extenuante por serem elas também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos.

Ao falarem de seu dia a dia, as entrevistadas enfatizam a multiplicidade de tarefas, funções e responsabilidades que têm que enfrentar cotidianamente. Fica clara a longa e cansativa rotina de uma mulher que, além do trabalho remunerado, também cuida da casa, é esposa e mãe.

“As alterações ocorridas no mundo do trabalho, como demonstra a pesquisa, não levaram a mudanças significativas na divisão sexual do trabalho. O que se observa é que essa divisão do trabalho permanece, produzindo consequências que afetam diretamente as mulheres, que continuam como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Falta de tempo e grande sobrecarga marcam seu cotidiano. Os homens e o Estado, segundo os resultados da pesquisa aqui apresentada, pouco contribuem para a mediação das jornadas”, avaliam a pesquisadora, Maria

Betânia Ávila do SOS Corpo.

Em cada dez entrevistadas, sete consideram que o trabalho do homem não é mais importante que o da mulher. E 63% concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”.

Para as entrevistadas, os maridos dão mais trabalho do que ajudam. E para as mulheres casadas das classes C e D, isso é mais evidente: 64% e 61%, respectivamente.

A maioria expressiva das entrevistadas das classes D e E (78%) declaram não possuir máquina de lavar roupa; nas classes C são 47% e na classe AB, apenas 17%.

As entrevistadas apontam a existência de uma tensão entre ter um trabalho remunerado, que dá autonomia, e ter que se afastar das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Sobre a concordância com a frase: “Se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”, observa-se que, quanto menor a renda, maior a vontade de parar de trabalhar: 59% expressam esse desejo na classe D; 37% na classe C; e 32% na classe AB.

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas.

Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado. A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

Para a promoção da autonomia econômica e a liberação de tempo no cotidiano das mulheres, é preciso que as políticas públicas considerem a desigualdade de gênero. As entrevistadas apontam que uma maior cobertura das creches públicas, com horário de funcionamento integral, e transporte público de melhor qualidade iriam ajudar muito no dia a dia.



Veja pesquisa na íntegra [Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#)

Acesse a apresentação da pesquisa: [Apresentação da pesquisa - Data Popular](#)

[Enquete: Quanto você realmente trabalha?](#)

---

## **73% das mulheres realizam as tarefas domésticas**

A pesquisa **Trabalho remunerado e trabalho doméstico -uma tensão permanente**, realizada em 2012 pelo Data Popular/SOS Corpo/Instituto Patrícia Galvão, mostrou que 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas. Entre as entrevistadas das classes C e D, 78% declararam não possuir máquina de lavar roupa. Outro dado que chama a atenção é que a demanda por creche não varia entre as diversas classes sociais (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

A pesquisa contou com o apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

[Acesse aqui a apresentação da pesquisa elaborada pelo Data Popular.](#)

---

**Pesquisa Data Popular/SOS**

# Corpo: Falta de vagas em creches públicas é uma realidade em todo o país

Com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, a carência de vagas em creches públicas se amplia rapidamente, em especial entre as camadas socioeconômicas mais baixas.



Pesquisa realizada pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia revela que a creche é uma das principais demandas das mulheres ao poder público.

Em nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal, 45% das trabalhadoras não têm ajuda para cuidar dos filhos. Outros resultados da pesquisa *Creche como demanda das mulheres* podem ser acessados pelo link abaixo.

**Eleições.** O tema Creche voltou à pauta nas eleições municipais de 2012 e tem permeado a disputa entre candidatos de todos os partidos.

## **Para as mulheres entrevistadas:**

- A falta de vagas em creches é um grave problema vivido em todas as 9 regiões metropolitanas pesquisadas, mais o Distrito Federal.
- 88% das entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público.
- 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos.
- 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham.

Acesse apresentação da pesquisa: [Creche como demanda das mulheres - DATA POPULAR/ SOS CORPO](#)

## **Indicação de fontes:**

**Maria Betânia Ávila** - pesquisadora do [SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia](#)

tels.: 81 3087.2086 / 9915.8211

**Verônica Ferreira** - pesquisadora do [SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia](#)

tels.: 81 3087.2086 / 9932.2794

**Jacira Melo** - diretora do [Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos](#)

tels.: 11 3266.5434 / 97618.9731

**Renato Meirelles** - diretor do [Data Popular](#)

tel.: 11 3218.2256

---

# **88% das mulheres veem creche como uma das principais demandas**

A pesquisa **Creche como demanda das mulheres**, realizada em 2012 pelo Data Popular/SOS Corpo, revela que 88% das entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público, 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos e que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham, na opinião de 34% das entrevistadas.

A pesquisa contou com o planejamento e supervisão do Instituto Patrícia Galvão, em parceria com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, e apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

---

# Análise: Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres

*(Observatório Brasil da Igualdade de Gênero) Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística* é resultado do projeto de monitoramento de mídia impressa noticiosa conduzido pela ANDI - Comunicação e Direitos, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de



Gênero. A publicação apresenta os principais achados da pesquisa que analisou como os meios de comunicação abordam os temas relacionados à situação das mulheres na sociedade brasileira. Os dados apresentados traçam um panorama atual e apontam as tendências da cobertura jornalística acerca dos temas: Mulheres e Poder, Violência contra as Mulheres e Mulheres e Trabalho. Lançado no dia 30 de novembro, durante o Seminário Nacional A Mulher e a Mídia 8, que aconteceu no Rio de Janeiro, *Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística* pode ser acessado [aqui](#) na íntegra em pdf. Saiba mais acessando o resumo executivo da pesquisa sobre os temas: [Mulheres e Política](#) [Violência contra a Mulher](#) [Mulher e Trabalho](#)

---

# Pesquisa Mulheres e Aids (2003)

*(Agência Patrícia Galvão)* De uma lista de questões da agenda dos movimentos de mulheres, 29% dos entrevistados apontaram a Aids como um dos problemas que mais preocupam a brasileira e 19% indicaram “o crescimento da epidemia entre mulheres”.

Trata-se de uma pesquisa inédita sobre mulheres e Aids encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao Ibope em 2003, e realizada com o apoio do Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

Na percepção dos entrevistados, há questões mais preocupantes do que a Aids, como o câncer de útero e mama, mencionado por 48%, e o problema da violência doméstica, que é destacado por 46%. Estes dois últimos temas, que estão em evidência entre as preocupações atuais dos pesquisados, têm estado presentes na mídia de forma contínua, tanto no noticiário e em campanhas publicitárias, como em tramas de novelas televisivas de grande audiência.

No caso do HIV e da Aids, é possível que essa questão esteja sendo percebida pela população como um problema melhor equacionado, devido à política de distribuição gratuita de medicamentos. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a comunicação do tema, através de campanhas em veículos de massa, tem sido esporádica e pouco sustentada, ficando restrita principalmente ao período do Carnaval.

Segundo essa pesquisa, o aumento da Aids no país não alterou o comportamento de 41% dos homens e de 52% das mulheres. O aspecto que mais mudou - e para os dois sexos - foi a estratégia de reduzir o número de parceiros ou manter parcerias sexuais exclusivas, ou ainda exigir fidelidade. Pelo menos um destes três aspectos é mencionado por 38% dos entrevistados - 42% entre os homens e 32% entre as mulheres.

Apesar de o uso da camisinha ser a recomendação mais fortemente difundida em campanhas educativas, o preservativo é adotado apenas por 28% dos entrevistados - 36% dos homens declaram que passaram a usar camisinha, enquanto apenas 19% das mulheres o fizeram.

[Acesse o relatório da pesquisa.](#)

---

# Metade dos brasileiros conhece uma mulher que sofreu agressões

Três em cada quatro entrevistados consideram que as penas aplicadas ao agressor são irrelevantes e que a Justiça trata o assunto como de pouca importância; 51% disseram conhecer casos de agressões a mulheres e 79% citam a Delegacia da Mulher como o local de ajuda que deve ser procurado pela vítima.

Realizada em 2006 pelo Ibope e Instituto Patrícia Galvão, a pesquisa **Percepções e Reações da Sociedade sobre a Violência contra a Mulher** contou com o apoio da Fundação Ford e do Unifem e parceria da Ashoka.

[Confira a pesquisa na íntegra.](#)